

Domingo, 4/2/90

Política

Cabral conta com a maioria no Congresso

O presidente eleito Fernando Collor de Mello já tem o apoio da maioria do Congresso Nacional para a aprovação do pacote de medidas que anunciará no dia da posse. O articulador político do futuro governo e também futuro ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, garantiu quase 70% dos votos no Senado, e mais de 60% na Câmara — o suficiente para aprovar até emendas constitucionais. Agora, Cabral pretende intensificar os contatos com a sociedade civil organizada, pois o voto de confiança ou a neutralidade dessas entidades tem dupla importância estratégica: permite a ampliação do bloco suprapartidário e pode minimizar os efeitos da oposição ostensiva prometida pelo PT, PDT e setores progressistas do PMDB e PSDB.

Enquanto o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), futuro líder do governo no Senado, e os deputados Adolpho Oliveira (PL-RJ), Konder Reis (PDS-SC), e Renan Calheiros (PRN-AL), tentam obter mais votos no Congresso, Bernardo Cabral articula um lance ousado: abrir o diálogo com o presidente da CUT, Jair Meneghelli. O objetivo é neutralizar uma possível onda de greves no início do governo Collor, com a garantia de que não haverá modificação na política salarial, mesmo com a desindexação da economia. Além disso, o futuro ministro da Justiça deixará caminho aberto para a negociação de propostas dos trabalhadores, que seriam levadas por ele ao Congresso Nacional.

Esquerda contra
Independentemente do resultado concreto que poderá surgir desse encontro, que está sendo programado para esta semana, o articulador político de Collor acredita que as consequências serão positivas dentro do Congresso Nacional. Afinal, perante a opinião pública pre-

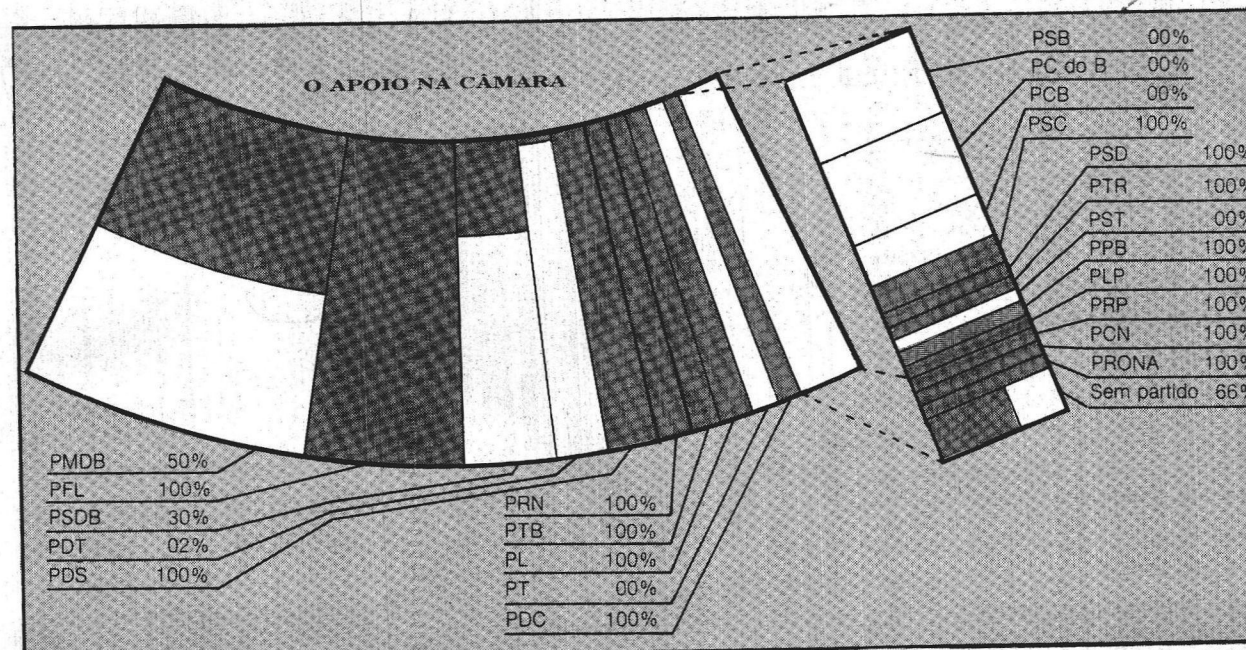
valecerá a tese de que o futuro governo quer o diálogo e a negociação. Assim, em um ano de eleições, os parlamentares teriam dificuldades de negar apoio, pelo menos inicial. Os únicos que não se enquadram nessa estratégia são os deputados e senadores genuinamente de esquerda.

O mapeamento do Congresso Nacional, que está sendo feito pelo deputado Konder Reis e Adolpho Oliveira, segundo interlocutores, mostra que apenas 20% dos parlamentares não estão dispostos a apoiar qualquer medida de Collor. Isso significa que se der certo a estratégia traçada por Cabral de mobilizar, ao mesmo tempo, políticos e sociedade civil organizada, o apoio congressional poderá chegar a 80% — margem mais do que segura, mesmo se houver quórum baixo ou tentativas de obstrução pela oposição.

Quem é quem

O mapa com o "quem é quem" no Congresso Nacional, no governo Collor de Mello, é guardado a sete chaves. Tanto o é, que foi confiado ao deputado Konder Reis, caracteristicamente discreto em todas as suas ações. Interlocutores do futuro governo, no entanto, antecipam que, no Senado, a situação está bastante tranquila, já atingindo 70%. Essa estimativa não é de se estranhar. Afinal, PSDB e PMDB apoiarão as medidas colloridas e, até mesmo, o senador Maurício Correa (PDT-DF), já manifestou simpatia por algumas.

O que preocupa os articuladores políticos do futuro governo é não deixar vazar, de maneira alguma, os nomes dos deputados que votarão favoravelmente. Isso porque eles entendem que a Câmara dos Deputados é mais suscetível às pressões externas e, como se diz entre os "colloridos", ao "patrulhamento ideológico". Calcula-se que o apoio crítico do PMDB e do PSDB garantiu ao futuro presidente uma situação cômoda dentro do Congresso. Na Câmara, isso significa, hoje um apoio mínimo de 64% e máximo de 75%. A surpresa, porém, fica por conta dos 2% no PDT de Brizola — adversário ferrenho de Collor —, que representam hoje seis votos.



Partido	Bancada*	Apoio (%)**	votos certos
PMDB	171	50%	85
PFL	95	100%	95
PSDB	51	30%	15
PDT	31	02%	06
PDS	30	100%	30
PRN	22	100%	22
PTB	21	100%	21
PL	18	100%	18
PT	16	00%	00
PDC	14	100%	14
PSB	06	00%	00
PC do B	06	00%	00
PCB	03	00%	00
PSC	02	100%	02
PSD	01	100%	01
PTR	01	100%	01
PST	01	00%	00
PPB	01	100%	01
PLP	01	100%	01
PRP	01	100%	01
PCN	01	100%	01
PRONA	01	100%	01
Sem partido	03	66%	02
Total	495	64%	317

* última lista oficial da Câmara dos Deputados de 17.1.90

** estimativas da assessoria política do presidente eleito

No PMDB, as estimativas mínimas dos articuladores de Collor levam ao índice de 50% da bancada, podendo chegar, dependendo da medida, a 60%. No PSDB, a situação é quase semelhante. O terceiro maior partido oferece apoio certo de, pelo menos, 30% dos deputados. Informalmente, tanto no PMDB quanto no PSDB, esse índice poderá ser maior. Segundo assessores políticos do presidente eleito, alguns parlamentares que seguem a linha progressista poderão colaborar se ausentando do plenário. Ou seja, permitiriam a aprovação da matéria não com o voto e sim com uma abstenção velada. O mesmo ocorreria em relação aos 2% desgarrados do PDT de Brizola. Não podendo confrontar, em ano de eleição, a orientação partidária,

eles simplesmente estariam ausentes da cidade nos dias de votação.

Quórum

Essa maioria, apesar de numericamente segura, é formada, basicamente, por parlamentares de centro e de direita. Habitualmente, esses deputados freqüentam pouco as sessões de votação e, por isso, Cabral e seus auxiliares, já estudaram uma fórmula que assegure o quórum de votos favoráveis. Um deles é que em um ano eleitoral não convém ser ausente em momentos importantes pelas repercussões negativas que podem ocorrer junto ao eleitorado. Mas o ponto principal é a valorização dos líderes e a formação do colégio de líderes, previsto na Constituição. Para tanto, o futuro ministro da

Justiça e seus auxiliares já mantiveram os principais contatos. Essa "valorização" do colégio de líderes é uma maneira de mobilização das bancadas, afinal cabe a eles a convocação dos parlamentares e, também, a orientação do voto.

O quórum, garantem interlocutores de Cabral, é uma questão secundária, já que a folga é ampla. Isso porque, as medidas a serem apreciadas necessitam apenas da aprovação da maioria simples dos votos, ou seja, 248 presentes e 124 favoráveis. Como Collor já conseguiu o apoio de 317 deputados, a situação é considerada "tranquila". Esse número é suficiente, inclusive, para a aprovação de leis complementares e emendas constitucionais. (Veja quadro).

AS FRAÇÕES

Composição da Câmara dos Deputados	495 votos
Maioria absoluta (leis complementares)	248 votos
1/3 (leis ordinárias)	165 votos
2/5 (leis delegadas e resoluções)	19 votos
3/5 (emenda constitucional)	297 votos